

# Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 23, de 2017

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para Instruir o “PLC 38/2017 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.”

Nominata de convidados para audiência pública:

- Adelaide Alves Miranda Arantes – Ministra do TST
- Presidente da Associação Nacional Procuradores do Trabalho – ANPT
- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA
- Presidente do Ministério Público Trabalho – MPT
- Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- Dr. Rodrigo Dias – Juiz do Trabalho
- Dr. Marlos Melek – Juiz do Trabalho
- Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)
- Antônio Galvão Peres – Professor da FAAP
- Carlos Siqueira – Presidente do PSB
- Robson Andrade - CNI

**Assunto:** -

**Data de Leitura:** -

**Tramitação encerrada**

**Decisão:** -

**Último local:** -

**Destino:** -

**Último estado:** 21/06/2017 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

**TRAMITAÇÃO**

**21/06/2017** CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Situação:** TRAMITAÇÃO ENCERRADA

**Ação:** Apresentado na Comissão nesta data às 19:02.

## Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 23, de 2017

## DOCUMENTOS

## RQJ 23/2017

**Data:** 21/06/2017

**Autor:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Descrição/Ementa:** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para Instruir o “PLC 38/2017 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. ”

Nominata de convidados para audiência pública:

- Adelaide Alves Miranda Arantes – Ministra do TST
- Presidente da Associação Nacional Procuradores do Trabalho – ANPT
- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA
- Presidente do Ministério Público Trabalho – MPT
- Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
- Dr. Rodrigo Dias – Juiz do Trabalho
- Dr. Marlos Melek – Juiz do Trabalho
- Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)
- Antônio Galvão Peres – Professor da FAAP
- Carlos Siqueira – Presidente do PSB
- Robson Andrade - CNI